



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 93

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 11 de junho de 1968, às 21 horas

(TERÇA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 16, de 1968 (CN), que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967 tendo Parecer, sob nº 32, de 1968 (CN), da Comissão Mista, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

ATA DA 109ª SESSÃO, EM 10 DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa

Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: AARÃO STEINBRUCH E ATTILIO FONTANA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Pedro Carneiro
Achilles Cruz
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Manoel Villaga
Argemir de Figueiredo
Leandro Maciel
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Aurelio Vianna
Nogueira da Gama
Fernando Corrêa
Atílio Fontana
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havendo número legítimo, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicações referentes a Decretos Legislativos

Nº 211-68 (nº de origem 351-68) -- com referência ao Decreto Legislativo

SENADO FEDERAL

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Lê o seguinte discurso:) Sr. Presidente, a assistência médico-sanitária, em nossa Pátria, sempre se constituiu num grave problema. Assim, na oportunidade em que o Governo anuncia o Plano Nacional de Saúde, cuja execução deverá estar em andamento desde o dia 1º do mês corrente, consocio o vazio que adiantamos algumas considerações a seu respeito. Considerações essas que desejo sejam interpretadas mais como um subsídio à sua boa orientação, do que propriamente como crítica.

Em linhas as mais genéricas possíveis, o que pretende o Executivo na Nação com essa medida tão longamente amadurecida, planejada e anunciada, será, mediante a nova Política Nacional de Saúde, colocar em extinção lenta, a longo prazo, a Assistência Médica da Previdência Social, como hoje estamos acostumados a ver funcionar — ou a ver não funcionar, para transferir para a iniciativa privada toda a prestação de serviços médicos, que passarão a atuar sob a coordenação do Governo federal.

Quando, pela primeira vez se propôs esse objetivo, como a estrutura básica do Plano, desde então acirrados debates em torno do assunto vêm se produzindo, principalmente entre os diversos órgãos da classe médica brasileira, quando as opiniões mais desencontradas foram emitidas, alguns considerando-o absurdo e impossível de realizar, enquanto outros, esses em menor número, que os primeiros, preferiram o aplauso e o apoio à iniciativa governamental. Entre os que se pronunciaram contra o Plano Nacional de Saúde, ocupa lugar destacado a Associação Médica do Estado da Guanabara que classificou-o de inviável e utópico, conforme três

estudos analíticos que publicou. A falta de estimativa do custo dos serviços e a não especificação das fontes de financiamento do Plano são alguns dos principais aspectos criticados por aquela Associação Médica.

Sr. Presidente, como todos nós sabemos, o Plano Nacional de Saúde faz parte integrante da Política Nacional de Saúde e do Plano de Coordenação das Atividades de Proteção e Recuperação da Saúde. Sua criação foi determinada pela nova Constituição, bem como pela Reforma Administrativa. Segundo se percebe, suas metas são assentes num sólido programa de saúde, que assegure aos brasileiros a melhor habilitação possível. Até aí, nada de mais elogiável podemos desejar.

Argumentam os que se empenham em divulgá-lo e promovê-lo, através do País, que o sistema, além de libertar o trabalhador das deficiências assistenciais de hoje, restituirá ao médico sua posição de profissional liberal. Seu objetivo, segundo consta da redação semifinal do Plano, feita pelo Ministro da Saúde em março do corrente ano, é estender a todo o povo brasileiro o direito de escolher o seu médico ou hospital, seja qual for sua condição sócio-econômica.

Para isso, a instituição de um Sistema Nacional de Saúde prevê, primeiramente, a criação de uma Política Nacional de Saúde — espécie de estatuto imutável, complementado por nível, conforme recomendada a realidade, e que estabeleça os princípios doutrinários básicos em cujo esquema deverá se nortear o Governo em Saúde, como atitude fundamental e estável. Em segundo lugar aparece o Plano de Coordenação, dividido em duas partes: primeira, normas e diretrizes básicas de execução da política sobre a organização dos serviços, custeio e administração e utilização dos recursos médico-sanitários; segunda, a elaboração e implantação de

nº 23-68, que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República dos Estados Unidos do México, a 17.10.66,

Nº 212-68 (nº de origem 352-68) -- com referência ao Decreto Legislativo nº 24-68, que aprova o texto das emendas aos arts. 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas na 20ª Assembleia Mundial de Saúde, a 23.5.67.

O SR. PREFEITO:

(Aarão Steinbruch) — Esta Presidência recebeu convite do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo para as comemorações de seu quadragésimo aniversário, cuja sessão solene de abertura se dará hoje, dia 10 de junho às 17 horas, na cidade de São Paulo.

Foi designado o Senador Carvalho Pinto para representar o Senado nas referidas comemorações.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A Presidência recebeu ofício do Sr. Governador do Estado de São Paulo, de 30 de maio do corrente ano, solicitando autorização do Senado para financiamento de um computador eletrônico, destinado ao Departamento da Receita da Secretaria de Fazenda daquele Estado.

O ofício será encaminhado às Comissões competentes, aguardando na de Finanças a complementação dos documentos exigidos no Pêgimento Interno (ar. 343). (Pausa)

O SR. PREFEITO:

(Atílio Fontana) — Finda a leitura do expediente.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE ERITTO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARAES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

planos locais, com a criação de áreas realiaçõe, e que estabeleça os princípios, as áreas polarizadas definidas pelo IBGE — regiões ca. detentadas por um núcleo gerador de desenvolvimento e uma faixa territorial dependente. Finalmente a terceira parte refere-se à reorganização administrativa do Ministério da Saúde, a fim de ajustar suas estruturas as novas exigências do Plano e a nova responsabilidade pela Assistência Médica.

São dois os objetivos básicos da Política Nacional de Saúde: a saúde individual e a coletiva. A que apresenta aspectos mais complexos e requer maior estudo é a individual — como não poderia deixar de ser. A assistência médica individual será estruturada considerando-se os recursos disponíveis, as necessidades da população, atendimento amplo ao povo independente das categorias sociais e profissionais, a densidade demográfica e o nível de riqueza de cada cidade.

A execução das atividades médicas caberá à iniciativa privada, ficando o Poder Público, incumbido de estimular, coordenar e custear os serviços assistenciais. Não se obstará ao cliente a preferência por médicos, serviços ou entidades.

Todavia, Sr. Presidente, é sobre o pagamento dos serviços, que sou de opinião, devemos dedicar a maior profundidade da nossa atenção.

O associado, mesmo aquele que percebe salário mínimo, deverá contribuir com determinada importância, se tiver de se socorrer do serviço médico, que é gratuito, prestado pelo Serviço de Assistência Social.

O Sr. Achiles Cruz — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador) Como médico estou acompanhando atentamente esse planejamento que o Governo está procurando fazer. Trata-se de modificação unilateral; os usuários não foram ouvidos. E o trabalhador, se for concretizado o plano, terá que pagar mais; além do desconto comum terá que fazer outro pagamento para ter direito a esse serviço médico. As entidades de classe estão se levantando contra esse plano e a Associação Médica da Guanabara, como acabou de mencionar V. Ex^a, composta aos médicos de todos os institutos, também está contra. De sorte que acredito que isso não há de se concretizar porque não é exequível.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Agradeço o aparte de V. Ex^a. Realmente vou concluir nesse sentido. É inexequível o plano e os médicos, da previdência social se declararam contrários a ele. Existe uma associação de classe, como acentuou V. Ex^a, no aparte que também emitiu parecer contrário. Independentemente da contribuição que já paga o empregado, em razão do desconto em folha ou compulsório, ele será obrigado a contribuir com mais uma determinada importância para se socorrer de um serviço que já lhe é prestado gratuitamente, pela atual legislação.

O Sr. Achiles Cruz — Perfeitamente.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo —

V. Ex^a está focalizando, nesta tarde, um dos problemas mais importantes da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que é exatamente o da assistência aos pobres, aos desvalidos da sorte, aos homens que precisam da ajuda do Poder Público, para resolver problemas de saúde. Não sei se o plano que V. Ex^a ora analisa envolve a saúde pública isoladamente, como dever do Estado, do Município e da União, ou se envolve somente os serviços prestados pelos Institutos de Assistência Social. De qualquer modo, V. Ex^a focaliza, como

acabei de dizer, um problema da maior gravidade neste País. V. Ex^a sabe o que ocorre nas cidades do interior e também nas capitais. Não há real assistência, assistência efetiva e completa. Se V. Ex^a percorrer os Municípios do interior do Brasil, verá cenas verdadeiramente compungentes: falta material, falta o médico, falta tudo e, às vezes, o agente volta para casa sem a assistência que lhe é devida pelo Poder Público. Isso tem, para todos nós, que temos sensibilidade, um significado especial, porque da saúde decorrem problemas de outra natureza. O homem sem saúde não pode trabalhar, não pode produzir e um elemento inútil na sociedade. Além do aspecto humano, doloroso de se verificar numa sociedade organizada, que se diz civilizada, um ser humano padecendo de moléstias e sem possibilidade de assistência do Poder Público, nossa parte verifica V. Ex^a vamos dizer, com uma certa dureza, mas vamos dizer a verdade, médicos que não cumprem com o seu dever — médicos que são pagos pela União, pelas organizações assistenciais existentes no País, mas preocupam-se menos com o interesse do doente do que com o recebimento dos seus honorários no fim de cada mês.

Não sei o que se possa fazer, porque, na verdade, neste País, em todos os setores o que V. Ex^a verifica, e com muito pesar, é a falta de material humano adequado, próprio, eficaz, capaz, para realizar as missões que lhe são cometidas. O Ministro da Saúde precisa examinar esse problema neste País e V. Ex^a, como homem de sensibilidade humana, como homem de cultura, como homem experimentado, conhecedor dessas falhas, tem toda razão em alertar o Senado e despertar o Governo para examinar o problema em profundidade, verificando o que é necessário fazer no sentido de que não estejamos passando pela vergonha, cada dia, venho e sentindo o desespero dos doentes que não têm assistência do poder público, quer no âmbito federal, quer no estadual ou no municipal. V. Ex^a analisa esse plano, analise-o e peça a atenção do Governo para as suas falhas.

O Ministro que o faça também, em maior profundidade, porque é de seu dever. O que não é possível é o Brasil, um país civilizado, estar, ainda hoje, nesta fase de desprezo, de desrespeito à dignidade humana, vendo doentes procurarem os serviços assistenciais e saírem dali decepcionados, portando os mesmos males, à falta de assistência a que me efiro. Cumprimento, pois, V. Ex^a por tratar neste momento, de matéria fundamental à vida deste País.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex^a, nobre Senador Argemiro de Figueiredo, feriu, com precisão, um dos aspectos mais sérios que é o da questão do mau atendimento médico, principalmente nos órgãos da previdência social. Considere, no entanto, V. Ex^a que há poucos médicos para grande número de clientes. Alguns são obrigados a atender, num só dia, de cem a cento e cinquenta pessoas. Certamente, assim, não poderão aten-

der tão bem quanto se o número de clientes fosse menor. Aqui no Brasil as estatísticas demonstram que existe um médico para cada duas mil e quinhentas pessoas, quando a norma, nos países civilizados, é de um médico para quinhentas pessoas. No Amazonas, por exemplo, esse índice é muito maior e ainda cresce, porque, em certas localidades, em inúmeros Municípios, não há médico.

O que estamos, agora, discutindo é a falta de material, como mencionado certos hospitais onde não há equipamento, algodão etc.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex^a tem toda razão. Quer a saber, neste novo aparte, que há, realmente, médicos cumpridores de seus deveres, que, no exercício profissional, agem com alta dignidade, competência, eficiência e senso de dever. Entretanto, ocorre que, onde há desses, muitas vezes, falta o remédio, falta o material e eles não podem tirar dos seus recursos dos seus vencimentos para comprar o material reclamado pelo indigente, pelo pobre que está sendo atendido.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex^a vê que, também o salário percebido pela classe médica no serviço público é deficitário. Em razão disso somos obrigados a aprovar emenda à Constituição, permitindo a acumulação de cargos, quando se tratar do médico, porque o médico é obrigado a exercer os seus serviços a duas, três e até quatro entidades, a fim de perceber numerário suficiente ao atendimento do custo de vida e às suas necessidades e às da própria família.

Com efeito, diz o programa que, salvo o caso de indigentes, todo o cliente participará da remuneração dos serviços médicos. Entretanto, metade da população pagará apenas uma quantia irrisória, tendo em vista a impossibilidade de uma maior participação, em razão de seu baixo nível econômico.

Vê V. Ex^a a falha do plano, principalmente neste ponto. O indivíduo já não ganha o suficiente para as suas necessidades de alimentação, habitação e vestuário e mal dá para se socorrer dos serviços médicos de uma consulta numa instituição de previdência. Agora, pelo plano nacional de saúde, é obrigado a contribuir com determinada importância, embora infima, gradativa de acordo com as condições sociais e econômicas de cada associado. Poderá escolher um médico e, certamente, escolherá o melhor. Assim, esse melhor não poderá servir a todos os clientes.

Numa eventualidade destas, o condicionamento de preços será necessário, pois pequenas parcelas da população podem custear os serviços, enquanto que outras, desde a indigência até a classe média, necessitam da subvenção de acordo com o seu poder aquisitivo. Argumenta o Ministério da Saúde que a participação do povo no pagamento dos serviços médicos deverá ser encarada como uma medida antipaternalista, pois quem paga sente-se comprador de um serviço, tendo, assim, o direito de reclamar a melhoria destes e não o dever de calar ante as falhas.

Comecem aqui as falhas do Plano: o argumento principal do Ministério da Saúde é que, se o sagrado pagar pela consulta, ele tem o direito de reclamar, como se ele já não reclamasse com 6% para a instituição de previdência social e não pudesse reclamar quanto precisa da assistência previdenciária, da assistência médica. Ele acha que se pagar o serviço poderá reclamar com maior autoridade. Este é o maior argumento que o Ministério da Saúde invoca para que seja adotado o Plano Nacional de Saúde, para privatização da medicina em nosso País.

Ora, um país como o nosso onde a maioria precisa de assistência médica, privatizar a medicina é um passo atrás, evidentemente, na evolução social e humana de qualquer povo.

Mas, nesta altura, surge inevitável a primeira crítica ponderável: a qual, em suma, irá gerar tôcas as suas outras, constituindo-se, na minha opinião, no maior óbice ao sucesso deste Plano. Economicamente, a sua inviabilidade ali é flagrante, devido à grande parte de despesas que caberá ao Governo, já que muito mais de metade da população brasileira não tem condições absolutamente mínimas de pagar a assistência médica. Ainda em relação à parte financeira, poder-se-ia afirmar que o Governo não terá condições físicas de controlar o atendimento. Explico: ocorreria, sem dúvida nenhuma, o êxodo por parte dos clientes e, também, seria de se considerar, um certo incentivo a essa atitude também por parte dos médicos, o que poderia resultar numa quebra da ética profissional pelo desejo do lucro.

Por outro lado, o Plano cria, realmente, uma estrutura administrativa inexequível: as juntas estaduais serão compostas por um representante do Ministério da Saúde, um do INPS e outro da Secretaria de Saúde, sendo presididas pelo Secretário, que ficaria subordinado a um órgão federal. As comunicações de saúde — ao nível local — serão, segundo o Plano, sociedades civis de direito privado, mas cujas assembleias gerais não terão direito de eleger suas diretorias, nomeadas exclusivamente pelo Governo Federal.

O Plano, ainda, intenta privatizar os lucros e socializar os prejuízos, já que de seu esquema consta a venda ou arrendamento, pelo seu preço histórico...

Vê V. Ex^a: é outra parte do plano. O Governo quer vender todos os seus hospitais pelo preço histórico, não levando em consideração a inflação, quando sabemos que o próprio Governo vende os seus apartamentos com correção monetária e não sobre o seu valor histórico. Agora, aparece o plano do Ministro da Saúde, no sentido de vender toda a organização hospitalar do Estado, pelo preço histórico, às entidades privadas.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — As entidades privadas?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Sim. Quer vender toda a organização hospitalar do Estado às entidades privadas.

Vê V. Ex^a o que se pode esconder por trás disso.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Quer dizer, então, que o Governo vai afastar-se de um de seus deveres principais?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Só vai complementar, pagar, a parte que não é paga, digamos, totalmente, pelos usuários do serviço.

Dizia, Sr. Presidente, que o Plano, ainda, intenta privatizar os lucros e socializar os prejuízos, já que de seu esquema consta a venda ou arrendamento, pelo seu preço histórico, dos hospitais existentes, enquanto os médicos continuarão a serem pagos pelo Governo, além de receberem honorários proporcionais ao volume de seu atendimento. Apropria-se também

recursos da Previdência, já que serão integrados na execução do plano de atendimento a toda população, mas os segurados continuariam a serem descontados e, além disso, teriam de pagar pela assistência médica. Outro aspecto ruim seu está em que, meu ver, contraria frontalmente as diretrizes da Política Nacional de Saúde, que determina a intensificação do combate às doenças transmissíveis. Está claro aqui que somente o Governo poderá conquistar bem os programas de erradicação das doenças transmissíveis e endemias, que necessitam de prazos certos para execução, por exemplo, a campanha de vacinação contra a paratuberculose, o programa de erradicação da malária, que é um compromisso internacional firmado pelo Brasil. Com transferência desse setor para o âmbito particular, como se poderá imaginar que tais programas possam ter a continuidade que exigem para suas eficácias?

O atual sistema de seguros de acidente de trabalho, que o Ministro das Passarinho conseguiu transferir das empresas privadas para o âmbito da Previdência Social...

Foi um passo adiante, que nós, aqui, provamos.

... se coloca frontalmente com os objetivos do Plano, a optar justamente no outro sentido — a privatização da assistência médica, setor marcante da mesma Previdência, numa triste demonstração de descoordenação executiva das piores.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — ermite V. Ex^a um aparte?

O SR. AARAO STEINBRUCH — não não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex^a há de verificar que esse Plano, no conjunto, data venia — não sou médico, estou falando como leigo, mas se observa as coisas — significa a deserção do Estado no cumprimento do mais importante dever do Poder Público, nas sociedades civilizadas, que é a saúde do povo.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Ex^a tem inteira razão.

(Retomando a leitura)

O Plano não beneficia, nem de longe a classe médica, pois, como já se disse, margem a deturpações profissionais motivadas pelo desejo de lucro. E não nos esqueçamos de que pesquisa médica só pode ser feita em hospitais públicos, devido à necessidade que tem de grandes recursos imprevisíveis. Não foi por acidente que o primeiro transplante cardíaco brasileiro teve lugar em um hospital público.

E como iríamos encarár a transferência de médicos para o interior do país? Seria necessária uma estrutura básica local, como água, luz, saneamento, higiene, postos de comunicação e de educação também, que acorramos não possuímos e nem com a poderemos contar em um futuro quer próximo, a tirar pelo passo em que esses serviços são atacados, a fim de transferir para os médicos a confiança popular atualmente depositada em benzedeiros e curandeiros, nas cidades do interior. O fato doloroso é que 50% dos médicos brasileiros não na faixa dos 40 aos 60 anos de idade, constitui um problema difícil para essa interiorização pretendida, pois haveria necessidade de começar uma vida nova. E quem os haveria de ensinar, e quais os critérios que iriam determinar os que deveriam ir e os que deverão ficar nos grandes centros? Imagine-se a ceceira e a balardia que de tudo isso iria resultar! Entre os obstáculos ao seu financiamento, pois segundo as estimativas feitas, se o Plano prevê investimentos globais anuais de 4,5% da renda nacional, os gastos, apenas em hospitais e ambulatórios — apenas uma parcela do programa de recuperação da saúde — atinge a cifra de 8,5% da

renda nacional para 1968, inclusive também aquela de que a privatização proposta significa arrendar os bens imóveis e móveis pertencentes aos poderes públicos a grupos privilegiados, tendo em vista o valor histórico da aquisição — enuncia-se bem: valor da época em que foram construídos! A fim de que o Plano desta casa possa não aquilatar o significado desse disparate, vou insistir, exemplificando o caso do Hospital de Servidores do Estado, na Guanabara, cuja construção terminou em 1946, e que custou mais de 20 milhões. Este seria o seu preço de venda hoje, como o seu aluguel, pelo plano, pode ser estimado em mais de 500,00!

Então, a estrutura do Hospital dos Servidores do Estado seria vendida a uma organização particular por quinhentos e vinte mil cruzeiros novos, para que, depois, essa organização cobrasse o preço que quisesse para atendimento dos usuários da previdência social.

Seu valor atual, quer para venda ou arrendamento, na realidade está astronômicamente acima disso! O povo seria privado de seu patrimônio vergonhosamente, fariam-no esse — é preciso que se diga — pelo qual pagou! Quando a livre escolha — a maior das vantagens — é oferecida como um dos principais atrativos e vantagens da reforma — pela qual a população poderá escolher os médicos e hospitais de seu agrado, coagemos seriamente que, como o renascimento do médico passa a depender, quase que só da produção de serviços, provavelmente iriam se repetir os fatos observados nos Estados Unidos, França e Alemanha, onde sistemas paralelos foram implantados.

Once as outras estruturas são completamente diferentes, não o padrão de vida do povo e muito maior. Nessas partes ocorreu aquilo que se chamou "tendência a segregação" — isto é, aumento desnecessário de atos médicos, com internações e práticas cirúrgicas desnecessárias sendo praticadas em detrimento das realmente justificáveis.

Quero aqui dar um exemplo que, longe de não quero generalizar. Houve um médico que foi aporreado por uma senhora do Rio de Janeiro que, imediatamente após de despejo, precisava atender ao pagamento de aluguel e arrendamento. Então, ela conseguiu que um médico a atendesse no seu consultório, apresentasse uma conta de 1.500 cruzeiros antigos, e ela recebeu uma parte dessa importância para satisfação do seu caso pessoal. Não estou com isso generalizando, mas pode dar margem a que esses fatos ocorram como nos Estados Unidos, França e Alemanha em que internações e práticas cirúrgicas desnecessárias foram feitas em detrimento daquelas realmente necessárias. O médico quer, então, aumentar seu rendimento, por isso, determina que se faça uma série de exames de laboratórios, etc. Cite-se que a mesma tendência já ocorreu no Brasil, nas áreas onde a Previdência Social tentou a implantação do regime da livre escolha.

No Estado de São Paulo um médico que fazia normalmente intervenções cirúrgicas, em razão da livre escolha, pelo cliente, começou então a pagar e a receber pela intervenção cirúrgica; e só num mês, o antigo IAP teve que pagar 25 milhões a esse médico que antes percebia 500 cruzeiros novos. Como médico do Instituto. Então ele passou a perceber no mês seguinte, em razão da livre escolha, pelos atrasados, 25 milhões. Não há receita que possa, amanhã, dar cumprimento a despesas deste tipo.

É fácil prever-se as consequências: o aumento do número de consultas hospitalares, intervenções cirúrgicas e exames complementares que se verificaria com a livre escolha, au-

mentaria o custo de produção total dos serviços, preconizado no sistema, tornando o ônus insuportável ao Governo!

Já existem casos em diversas regiões de nosso País em que a livre escolha provou ser causa de corrupção e desestímulo ao aperfeiçoamento dos serviços médicos. Em Pernambuco esse critério levou o INPS a credenciar o hospital que nem quis e os seus fiscais, logo subornados, chegaram até ao ponto de apoiar com a criação de uma operação de amigdalas, na qual entraram, estranhamente, vários pacotes de esparadrapo!

Caso do Estado do Norte, Senador Pessoa de Queiroz, que foi denunciado pela imprensa, numa simples operação de amigdalas, entraram diversos pacotes de esparadrapo, porque era pago pelo Governo, pela livre escolha do hospital, pelo associado.

E não seria exagero imaginarmos que, vigente o Plano um pequeno grupo de médicos entraria para o esquema e surgiram operações desnecessárias, clientes fantasmas e outros expedientes destinados só a enriquecer uns poucos, cuja noção de ética foi se diluindo na corrupção que o Governo tinha obrigação de evitar e nunca conseguiu. Nos grandes centros, a procura aos "medalhões" seria assombrosa, sufocando-os das possibilidades de realização de qualquer trabalho útil. Ao mesmo tempo que os jovens, recém formados, sentiriam em peso o impacto do desprestígio e o desestímulo que daí se originaria.

Em relação a esse plano inclusive soube que na Guanabara começaram a ser formadas organizações médicas, à frente de dois ou três medalhões, e outros menos conhecidos trabalhando a tróca de determinada importância, porque o cliente irá procurar o medalhão.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex^a portanto, que o plano vem naturalmente reiniciar uma atividade que já demonstrou ser ineficaz.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Diversos casos já foram apontados, inclusive à própria Administração da Previdência Social.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Nobre Senador Aarão Steinbruch é tão absurdo o que se quer fazer diante dos argumentos fortes e irresponsáveis de V. Ex^a que parece que o Estado, no caso, quer deixar a atividade da assistência médica no País, que é dever precípua do Estado à iniciativa privada e deixar o Estado com atividade supletiva. É uma calamidade.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Perfeito.

Enfim para qualquer lado que nos virarmos, as perspectivas são sempre as mais obscuras, senão sombrias.

Sr. Presidente, por tudo o que disse e apresentei à Casa, nestas palavras outra coisa não se pode concluir que o Plano Nacional de Saúde, como está, resume-se a anos e anos a uma teoria bonita e bem intencionada — como reclama o Governo federal, mas, por completo impraticável e inteiramente fora da realidade nacional.

Porque não somos daqueles que louvamos a assistência médica no Brasil. Ela precisa ser reestruturada mas não modificada por um Plano que, na minha opinião trará consequências desastrosas.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Porque a destruição já existe.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Perfeito.

(Continua lendo)
(Lendo)

Como está, não pode deixar de ter vida muito efêmera e de consequências catastróficas para todos nós. E sem dúvida que esse sistema infelizmente conseguiria ultrapassar a desorganização atual em matéria de assistência médica, e deveria esbarrar, desde logo, na falta de verbas para oferecer a cobertura que precisa a mais de 80 milhões de brasileiros. Pela livre escolha, o Governo acabará por se eximir de responsabilidade de administrar e executar programas médicos-sanitários. E seria o caos!

Desde o enarave do regime de livre escolha ser incompatível com o pré-pagamento previsto no Plano, o absurdo de querer levar-se um médico radicado nas grandes cidades para o interior do País, onde, certamente, não encontrar material de trabalho necessário à medicina moderna, o desequilíbrio desastroso na procura dos profissionais sufocando uns e relegando ao lado os outros, o desestímulo, a ameaça à salvaguarda da ética profissional nos padões elogáveis onde ela se situa no Brasil, até as impossibilidades de sustentação econômica e financeira do Plano Nacional de Saúde, como demonstrarei, não vejo, daqui, nenhuma possibilidade de que ele logre sucesso e venha representar os benefícios para o povo brasileiro que o Governo insiste em afirmar.

E, nesse sentido, Srs. Senadores é que desejo, desta Tribuna, chamar a atenção das autoridades responsáveis pelo seu planejamento e implantação a fim de que se alertem contra as consequências desastrosas que ele pode vir a ocasionar, e recuem a tempo, se necessário for, livrando esse nosso País já tão sobreavergado de mazelas, de uma nova calamidade de perspectivas gigantescamente funestas!!! (Muito bem! Palmas.)

O SR. FONTANA:

(Atílio Fontana) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

O SR. PR...

(Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa, frequentemente, tem publicado declarações do Sr. Ministro do Planejamento e também do Sr. Ministro da Agricultura, preocupados com os problemas da agropecuária.

O Sr. Ministro do Planejamento, ainda recentemente, declarou que um dos pontos altos da administração do Sr. Presidente Arthur da Costa e Silva era encontrar condições para o desenvolvimento agropecuario, e fez referências a diversos pontos essenciais para desenvolver a agricultura e a pecuária, todos eles sem dúvida, de grande alcance econômico e social. O Sr. Ministro da Agricultura, em declarações recentes também fez referências às perspectivas da produção agropecuária no corrente exercício.

São justas e louváveis tais atitudes. Todos reconhecemos que precisa ser mais bem atendida a questão agropecuária que, de fato, não tem acompanhado, como se sabe, o setor industrial. Do mesmo passo que a população cresce, necessitamos, cada dia de maior volume de gêneros alimentícios, além de outros produtos da lavoura, inclusive para formar um maior volume de divisas de vez que os nossos encargos não são poucos.

Mas, Sr. Presidente, a questão do financiamento deixa muito a desejar. Ainda agora, aqui de Santa Catarina, do Município de Capinzal, da Associação Comercial e Industrial do Vale do Rio do Peixe, ofício que

encaminha cópia de outro ofício enviado ao Senhor Diretor do Funcionalismo do Banco do Brasil, pleiteando o preenchimento de vagas existentes no CREAL, agência de Capinzal, em face dos sérios prejuízos que vem sofrendo o homem do campo e da lavoura. É muito comum ouvir essa queixa; as agências do Banco do Brasil, em Santa Catarina, frequentemente, são forçadas a declarar que não podem atender a um maior número de lavradores, por falta de funcionários.

Naquela região, naquele Estado, em regra geral, as propriedades são, como se costuma dizer, propriedades familiares cultivadas, tratadas pelos próprios membros da família. E o financiamento se destina quase sempre a melhorar as condições de produção, em curva de nível, em terraçoamento, em compra de implemento agrícola, em compra de semente, como agora na época do plantio do trigo: existe sementes mas o lavrador nem sempre tem condições de comprar essa semente selecionada, para plantá-la.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Fontana, V. Exa. acabou de ouvir o exame ou uma apreciação do plano do Governo no setor da saúde pública; uma exposição de alto significado, de alta importância, a meu ver, de leigo, embora os argumentos aqui apresentados sejam irrefragáveis e a experiência o demonstre. Agora, V. Exa. trata de um assunto da maior importância da vida econômica do País. Eu sempre tenho entusiasmo e, às vezes, aparteio, com as minhas poucas luzes, por impulso dessa alegria, do júbilo que sinto quando vejo o Senado afastar-se um pouco das lutas partidárias, das discussões de caráter político e envolver-se para esse prisma de cuidar do desenvolvimento do País, da salvação do País através da riqueza e da fartura. V. Exa. sabe e assinalou bem que o setor agropecuário é, para o Brasil, a atividade mais importante que se poderia ter nos últimos tempos, dada a circunstância de que, se encarrarmos o setor agrícola, havemos de concluir com a expressão já proverbial de que não há país rico com agricultura pobre. País que não desenvolve bem, incrementando a sua produção, o poder de produtividade do solo, tanto quanto o necessário para o consumo interno e fazendo com que sobre o que é útil para a exportação, para o carregamento de divisas, não é um país organizado. V. Exa. salientou que, muitas vezes, as sementes são distribuídas em hora inoportuna e por preços inacessíveis ao pequeno produtor. O grande produtor, Senador Fontana, na verdade, vai buscar a semente boa — com poder germinativo, já livre, imune ou imunizada contra as pragas — onde houver, em qualquer parte, município ou Estado, de modo a não perder a oportunidade do plantio. Mas, o que sucede em geral, sobretudo nas regiões do nordeste, é que o agricultor pobre não tem recursos para a sua aquisição. Por falta de atividade, de dinamismo, no setor do Ministério da Agricultura, as sementes só aparecem para revenda ou para venda na época já ultrapassada do tempo do plantio. É uma calamidade que se verifica. Amontoam-se fora de época sementes e mais sementes, montanhas de sementes de algodão, de milho, de feijão, nos departamentos próprios do Fomento, quando não têm mais utilidade para o fim a que se destinam. E no entanto, fomento é despesa. O Governo não se pode preocupar com lucros no serviço de assistência ao agricultor. O seu dever é verificar o que é necessário fazer; vender a semente por preços módicos, pela metade do preço de aquisi-

ção ou dar a semente, mas nunca deixar o produtor sem assistência.

No setor da pecuária, V. Exa. com a experiência de um homem que tem alcance e conhecimento do País.

O SR. ATTILIO FONTANA — Muito obrigado.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — ... sabe que o problema no financiamento não é tudo. V. Exa. já deve ter observado o drama dos criadores, de todos os setores do País, que se destacam do Norte, do Nordeste para os Estados do Centro e do Sul, para assistirem exposições pecuárias, e, no fim, adquirem por preços altíssimos, os animais de que necessitam. E ainda sobre esse preço, pagam o transporte que não é barato, dada a distância dessas localidades. Já governos, Senador Fontana, um Estado pobre da Federação, a Paraíba. Quando entendi de fazer o fomento vegetal e animal, as nossas providências foram diferentes. Cuidamos da mecanização da lavoura, mas a mecanização não estava nos jornais, não estava nas revistas; estava na prática. Como não se pode cuidar da modernização da lavoura, que já se modificava de certo modo, aproveitamos a tração animal. O Estado ofereceu, assim, condições em cooperação com os particulares, através dos Municípios e Distritos para os cultivadores e chegaram até ao pequeno agricultor que recebia máquinas e o produtor recebia o boi.

A agricultura na Paraíba, ainda hoje, usufrui o benefício da administração que tive a honra de presidir, distribuindo gratuitamente assistência aos agricultores. No fim de cada ano eram os equipamentos recolhidos aos Departamentos do Estado, ali separados, corrigidos, substituindo-se peças e voltavam em caminhões para os agricultores, já habituados a esse processo, do qual não se queriam afastar. V. Exa. — e talvez alguns Senadores tenham conhecido o Dr. Epitácio Pessoa Esbrão, que dirigia a Fazenda de Criação de Umbuzeiro, do Serviço Federal, grande técnico, um dos maiores, probe, competente e com dignidade pessoal. Com relação à pecuária que se fazia, naquela época, em meu Estado? Sina o Dr. Epitácio para o Sul, visitando as fazendas onde havia gado selecionado, gado para modificação, para melhoria do sangue dos bovinos no Nordeste ou Paraíba. Compravamos os rebanhos por ele escolhidos e os levava para nosso Estado. Lá os animais eram revendidos aos criadores pelo preço de custo, aqueles que podiam pagar, e a prestação aqueles que não podiam pagar. De modo que, em vez de o criador sair em viagens penosas, com despesas incalculáveis, enormes, insuportáveis, para aquisição de animais nos centros de exposições dos Estados do Sul, recebiam eles os animais, no seu próprio Estado, e os compravam. Assim, dinamizou-se, na Paraíba a assistência pecuária. V. Exa. trata de um assunto importante, substancial para a vida deste país. O eminente sr. Presidente da República deveria ter junto a esta Casa um Assessor de sua confiança pessoal para para levar — como já disse, mais de uma vez — a S. Exa. o sr. Presidente da República, sugestões apresentadas por homens da capacidade de V. Exa. V. Exa. não vem aqui produzir discursos literários, de beleza literária, de encaustamento de frases. Vem com a dureza de um homem experimentado, de um homem que vem da estrada e hoje é um milionário pelo seu trabalho honrado, tratar dos interesses do país e oferecer ao Governo as suas observações. A sua palavra, acatada por todos nós, Senador, pode, mas nada deveria morrer aqui. Para um Governo de sensibilidade, ela deveria ser ouvida porque é a voz da experiência da sensibilidade, da probidade, da dignidade. V. Exa. merece ser ouvido por toda a Nação. Perdoe-me a extensão do aparte.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Fernando Corrêa — Ouvidas as palavras do Senador Aarão Steinbruch sobre o problema de saúde e as palavras do Senador Argemiro de Figueiredo, atrevido de nada adianta tratarmos da saúde do homem se ele não tem condições orgânicas para reagir.

Sendo ele mal alimentado. A nossa política, no setor saúde, ainda não ofereceu uma medida eficaz para bem alimentar o nosso homem, tornando-o apto a ser um bom industrial. Sem uma agricultura e uma pecuária capazes de fornecer substância útil ao trabalhador ele se transformará em um mau trabalhador, com uma produção muito baixa; é o que acontece no cenário brasileiro de hoje. Para uma pequena contribuição ao belo discurso de V. Exa. trago aqui uma notícia surpreendente que acabo de ler no "O Diário da Noite", de São Paulo, do dia 3. Diz o jornal que a SUNAB perdeu 317 cruzeiros novos por quilo, nas 4.400 toneladas de carne congelada que acaba de vender. A carne fora comprada a NC\$ 1,63 o quilo e vendida a NC\$ 1,38 o quilo destinado a exportação da carne para o Japão. Por que a SUNAB se sujeita a perder NC\$ 31 centavos por quilo exportando carne para o Japão e não vendeu esta carne para alimentar o nosso operário, o nosso homem da cidade, que tanto precisa de proteínas? A fome do mundo atual é de proteínas. O homem não rende quase nada se não recebe a quantidade de proteínas necessária, que é o combustível da energia humana. Estas são as palidas palavras que queria juntar ao brilhante discurso de V. Exa.

O SR. ATTILIO FONTANA — Quero, inicialmente, agradecer os apêndices que acabo de receber. Agradeço ao nobre Senador Argemiro de Figueiredo, um dos homens que sempre se têm fito cumprir esse papel, e incorporo o aparte de S. Exa. ao meu discurso, esperando que tanto as suas quanto as nossas palavras tenham alguma razão e o Governo as leve em consideração e tome as devidas providências.

Quanto ao nobre Senador Fernando Corrêa, ouvi com muito atenção seu aparte e as razões que justificam a crítica à SUNAB. Realmente, a SUNAB não tem contribuído como deveria, em primeiro lugar para não desestimular a produção, em segundo lugar melhorar a alimentação do povo brasileiro.

É preciso considerar, ainda que a SUNAB não paga impostos, principalmente o de Circulação de Mercadorias. Portanto, além dos prejuízos que causa, com a exportação de carne, ainda deixa de contribuir aos cofres dos municípios e dos Estados produtores, e consequentemente para o seu desenvolvimento para o bem-estar da população.

Sr. Presidente, falávamos sobre a questão de financiamento. A legislação atual determina que, às pequenas propriedades de lavradores, o empréstimo não ultrapassa cinco mil cruzeiros novos. De sorte que no Estado de Santa Catarina, poderíamos calcular que os empréstimos não ultrapassam dois mil cruzeiros novos, por propriedade. Entendemos que o financiamento viria propiciar às famílias de lavradores, melhores condições de trabalho e de produtividade. Daí as reclamações quanto às agências do Banco do Brasil que não conseguem atender maior número de modestos lavradores, não porque lhes fazem recursos financeiros, mas porque, por medida de economia, talvez, não preencham as vagas de funcionários, necessários, principalmente na Carteira de Crédito Agrícola.

Assim, quero reiterar um pedido feito pela Associação Comercial e Industrial do Vale do Rio do Peixe, Capinzal, Santa Catarina, no sentido de que o Diretor do Pessoal do Ban-

co do Brasil procure preencher as vagas existentes, não somente naquela agência, mas em todas de Santa Catarina que, segundo sabemos, lutam com a falta de funcionários para atender aos lavradores. Será um passo em benefício do desenvolvimento da produção agropecuária, segundo a orientação do eminente Presidente Arthur da Costa e Silva e seus ilustres Ministros que, frequentemente, estão abordando esse tema tão importante para a vida social e econômica dos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o nobre Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, há algum tempo, o eminente Senador José Ermirio de Moraes, à Mesa do Senado requerimento sobre a criação de uma Comissão Mista de Senadores e Deputados com o objetivo de proceder a um estudo do problema mineiro no Brasil e de apresentar sugestões sobre a reformulação do Código de Minas.

Evidentemente, o nobre Senador José Ermirio de Moraes, estudioso do assunto e profundo conhecedor da matéria, visa, com esse requerimento, a melhorar a nossa legislação mineira.

Mas, a respeito do assunto o Ministro das Minas e Energia, Sr. Costa Cavalcanti, enviou-me uma carta, de cujo teor entendo conveniente dar conhecimento ao Senado.

S. Exa. manifesta-se contrário à criação dessa comissão, porque entende não ser oportuno fazê-lo, visto como o atual Código de Minas é bastante recente e ainda está sendo aguardada a sua complementação, através de regulamentos que vão permitir sua plena execução.

Em tais condições, não estando ainda o atual Código de Minas em plena vigência, parece razoável não se deva cogitar de alterá-lo e sim de executá-lo plenamente.

As críticas feitas pelo Ministro Costa Cavalcanti certamente não devessem pesar no espírito do eminente Senador José Ermirio de Moraes e dos demais Senadores. Por essa razão, passo a ler a carta, para que conste dos nossos Anais e se constitua num elemento de informações sobre a matéria aos Srs. Senadores e especialmente ao autor do requerimento que, repito, é um profundo conhecedor do assunto, dedicado a esses estudos, que tem por objetivo, cada certo, melhorar a nossa legislação e criar condições especiais e favoráveis à ampliação dos trabalhos de mineração no Brasil.

A carta está vazada nos seguintes termos:

(Lendo)

"Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência a fim de apresentar algumas ponderações que julgo oportunas, relativamente ao Requerimento nº 159, de 1963, do eminente Senador José Ermirio de Moraes. A referida proposição dispõe sobre a criação de uma Comissão Mista, composta de seis Senadores e seis Deputados, com atribuições para examinar e estudar a legislação mineralógica do Brasil, em todos os seus aspectos e formalizar, afinal, proposições e sugestões destinadas à valorização, controle, produção industrialização e comércio dos produtos minerais do Brasil inclusive modificando, atualizando e consolidando o Código de Minas (Decreto-Lei nº 1.985, de 1949 alterado pelo Decreto-Lei nº 227, de 1967) e demais legislação pertinente à matéria".

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Código de Mineração, promulgado através do Decreto-lei nº

227, de 28 de fevereiro de 1967, deu nova redação ao Código de Minas de 29 de janeiro de 1949 (Decreto-Lei nº 1.985) constituindo-se, portanto, em documento bastante recente e atualizado e que, visando a atender as características do setor mineral do País, ainda não dispõe de tempo necessário para a sua plena aplicação.

O Regulamento que regerá esse Código, já elaborado, deverá entrar em vigor logo a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional emita parecer relativo aos aspectos que são de sua competência.

4. Com este Regulamento estará a legislação mineira consolidada.

5. No que concerne aos minerais nucleares, a Lei 4.118, de 27 de fevereiro de 1962, cujo regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 51.726, de 19 de fevereiro de 1963, atende a nosso ver, em todos os seus aspectos, às peculiaridades desta importante área e aos interesses Nacionais.

6. Assim entendido com a devida vênia, não ser necessária a criação dessa.

Cabe-me esclarecer, para finalizar, que pelo Decreto nº 62.352, de 5.3.68, o Senhor Presidente da República nomeou por bem criar no âmbito deste Ministério, o Grupo Executivo da Indústria da Mineração, que virá a representar valioso instrumento auxiliar para o fornecimento do setor mineral, promovendo a industrialização e o desenvolvimento dessa indústria básica". Era só Sr. Presidente. (Muito bem)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Alvaro Maia
Milton Trincate
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Peirão Portela
Dinarte Mariz
Pereira Diniz
Pessoa de Queiroz
José Leite
Josaphat Marinho
Gilberto Marinho
Péricles Peary
Felinto Müller
Milton Menezes
Antônio Carlos
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Não há mais oradores inscritos.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento, que se encontra sobre a mesa.

E' lido e aprovado o seguinte Requerimento nº 703, de 1968

Nos termos do art. 212, alínea g, do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requerimento não se realize sessão do Senado nem haja expediente na sua Secretaria, no dia 13 do corrente, por se tratar de dia santificado "Corpus Christi", da mais alta significação para os sentimentos do povo brasileiro.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1968. — Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Em consequência, deixará de ser realizada sessão no dia 13 do corrente.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Passa-se à ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 497, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1968 (nº 40-B-67, na Casa de origem) que aprova o texto do Acordo sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro a 30 de novembro de 1965.

Em discussão a Redação Final (Pausa)

Nenhum Sr. Senador desistindo fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas, nem requerimento no sentido de a Redação Final ser submetida a voto, será ela considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O Projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a Redação Final aprovada:

PARECER Nº 497, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1968 (nº 40-B, de 1967, na Casa de origem)

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1968 (nº 40-B, de 1967, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Fe-

derativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1968. — Manoel Villaca, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Alvaro Maia

ANEXO AO PARECER Nº 497-68

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1968 (nº 40-B de 1967, na Casa de origem)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO — 1968

Aprova o texto do Acordo sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro a 30 de novembro de 1965

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o texto do Acordo sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Item 2:

Discussão, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado número 31, de 1968, de autoria do Sr. Senador Pereira Diniz, que dispensa o reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais estaduais e municipais e das outras providências, tendo Parecer, sob nº 498, de 1968, da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido (aprovado em primeiro turno com emendas, na sessão de 4 de junho de 1968).

Em discussão o projeto, em seu segundo turno. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem emendas, não havendo requerimentos no sentido de que seja submetido a votos o projeto é dado como definitivamente aprovado, independentemente de

votação, nos termos do art. 272-A do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E o seguinte o projeto aprovado:

PARECER Nº 496, DE 1968

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação do vencido, para o segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 34, de 1968.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1968, que dispensa o reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais, e das outras providências.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1968 — Manoel Villaca, Presidente — Edmundo Levi, Relator — Alvaro Maia.

ANEXO AO PARECER Nº 496-68

Redação do vencido, para o segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 34, de 1968, que dispensa o reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais, e das outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São dispensados o reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais e demais órgãos da administração pública descentralizada e autárquica, desde que, redigidos das formalidades essenciais, se destinem a produzir efeito no município onde foram emitidos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Está encerrada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores desear usar da palavra, vou encerrar a sessão, convocando outra, extraordinária, para amanhã, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHO DE COMISSÕES

Está encerrada a sessão.

(Levantar-se a sessão às 15 horas e 55 minutos.)

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Maia (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinhilber (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cássio Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Gimberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Ermirio
 Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedito Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petronio Portia
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarate
 Clodomir Muet

Alvaro Maia
 João da Silveira
 Benedito Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbin
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Branco — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Arahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petronio Portia
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Muet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

Benedito Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Arahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portia

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbin

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Pinheiro
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimaraes
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimaraes
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretaria: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Atilio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Melo Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Petrônio Portela
Domicio Gondim
Atilio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimaraes
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domicio Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna
Mari Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levy

Secretaria: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretaria: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Mem da Costa
Ney Braga
Milton Campos
Môr Andrade
Fernando de Azevedo
Arnon de Melo
José Cândido

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Peirão Portela
José Leite
Teotônio Villela
Mello Brag.
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mario Martins
Aurélio Viana
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

SUPLENTE

Julio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Ney Braga

MDB

Oscar Passos
Mario Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Tórres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petronio Portela
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Domício Gondim
João Cleofas

SUPLENTE

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.